CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS NECESSIDADES ESPECIAIS

GLICIA SILVA DE MOURA

RESUMO
As necessidades educacionais especiais (NEE) referem-se a um conjunto amplo e diverso de condições que afetam o processo de aprendizagem dos estudantes, exigindo adaptações pedagógicas, curriculares e estruturais no contexto escolar. Essas necessidades não se limitam apenas às deficiências físicas, sensoriais ou intelectuais, mas abrangem também transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e difi-i culdades específicas de aprendizagem. A compreensão das características das NEE é fundamental para a construção de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade. Inicialmente, é importante destacar que as necessidades educacionais especiais possuem como característica central a diversidade. Há um conjunto de crianças, adolescentes e/ou adultos cujas características, capacidades e necessidades, obrigam muitas vezes a que a escola e a sociedade se organizem no sentido de melhor poderem elaborar respostas educativas eficazes, ou de qualquer outra ordem, que façam com que eles venham a experimentar sucesso. Estes indivíduos designam-se de indivíduos com necessidades especiais. As necessidades especiais dizem respeito a um conjunto de fatores, de risco ou de ordem intelectual, emocional e física, que podem afetar a capacidade de um indivíduo em atingir o seu potencial máximo. A expressão "necessidades educacionais especiais" pode ser utilizada para referir-se a crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender. Está associada, portanto, a dificuldades de aprendizagem ou distúrbios de aprendizagem, não necessariamente vinculada a deficiência(s), o termo surgiu para evitar os efeitos negativos de expressões utilizadas no contexto educacional, deficientes, excepcionais, subnormais, superdotados, infradotados, incapacitados etc., para referirem-se aos alunos com altas habilidades/superdotação, aos portadores de deficiências cognitivas, físicas, psíquicas e sensoriais. Tem o propósito de deslocar o foco do aluno e direcioná-lo para as respostas educacionais que eles requerem, evitando enfatizar os seus atributos ou condições pessoais que podem interferir na sua aprendizagem e escolarização.

PALAVRAS-CHAVE: necessidades especiais, alunos especiais, contexto educacional.

INTRODUÇÃO

As necessidades educacionais especiais referem-se às condições que demandam adaptações no processo de ensino e aprendizagem, a fim de garantir a participação e o desenvolvimento pleno dos estudantes no contexto escolar. Essas necessidades podem estar associadas a deficiências físicas, sensoriais, intelectuais, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação ou difi-i culdades específicas de aprendizagem. O que se pretende resgatar com essa expressão é o seu caráter de funcionalidade, ou seja, o que qualquer aluno pode requerer do sistema educativo quando frequenta a escola. Isso requer uma análise que busque verificar o que ocorre quando se transforma as necessidades especiais de uma criança numa criança com necessidades especiais. Com frequência, necessitar de atenção especial na escola pode repercutir no risco de tornar-se um aluno com necessidades especiais. Não trata de mero jogo de palavras ou de conceitos.

Falar em necessidades educacionais especiais, portanto, deixa de ser pensar nas dificuldades específicas dos alunos e passa a significar o que a escola pode fazer para dar respostas às suas necessidades, de um modo geral, bem como aos que apresentam necessidades específicas muito diferentes dos demais, considera os alunos, de um modo geral, como passíveis de necessitar, mesmo que temporariamente, de atenção específica e poder requerer um tratamento diversificado dentro do mesmo currículo. Não se nega o risco da discriminação, do preconceito e dos efeitos adversos que podem decorrer dessa atenção especial. Em situação extrema, a diferença pode

conduzir à exclusão.
Nesse contexto, a ajuda pedagógica e os serviços educacionais, mesmo os especializados quando necessários, não devem restringir ou prejudicar os trabalhos que os alunos com necessidades especiais compartilham na sala de aula com os demais colegas. Respeitar à atenção à diversidade e manter a ação maiores ou menos acentuadas dificuldades para aprender.

DESENVOLVIMENTO
Embora as necessidades especiais na escola sejam amplas e diversificadas, a atual Política Nacional de Educação Especial aponta para uma definição de prioridades no que se refere ao atendimento especializado a ser oferecido na escola para quem dele necessitar. Nessa perspectiva, define como aluno com necessidades especiais aquele que "... por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes a sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais especificas.

PRIORIDADE NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
A classificação desses alunos, para efeito de prioridade no atendimento educacional especializado (preferencialmente na rede regular de ensino), consta da referida Política e dá ênfase a:
- alunos com deficiência mental, visual, auditiva, física e múltipla.
- alunos com condutas típicas (problemas de conduta)
- alunos com superdotação

A noção de necessidades educacionais especiais entrou em evidência a partir das discussões do chamado "movimento pela inclusão" e dos reflexos provocados pela Conferência Mundial sobre Educação Especial, realizada em Salamanca, na Espanha em 1994. Nesse evento, foi elaborado um documento mundialmente significativo denominado "Declaração de Salamanca" e na qual foram levantados aspectos inovadores para a reforma de políticas e sistemas educacionais.
A Declaração de Salamanca, portanto, estabeleceu uma nova concepção, extremamente abrangente, de "necessidades educacionais especiais" que provoca a aproximação dos dois tipos de ensino, o regular e o especial, na medida em que esta nova definição implica que todos possuem ou podem possuir, temporária ou permanentemente, "necessidades educacionais especiais". Dessa forma, orienta para a existência de um sistema único, que seja capaz de prover educação para todos os alunos, por mais especial que este possa ser ou estar. (MENEZES, 2001).
Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elaborados com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, orientam a respeito de estratégias para a educação de alunos com necessidades especiais. Para isso, estabeleceu um material didático-pedagógico intitulado "Adaptações Curriculares" que insere na concepção da escola inclusiva defendida na Declaração de Salamanca.
Acredita-se que os olhares estão voltados a atenção á diversidade da comunidade escolar e baseiam-se no pressuposto de que a realização de adaptações curriculares pode atender a necessidade particulares de aprendizagem dos alunos.

ATENÇÃO A DIVERSIDADE
Consideram que à atenção a diversidade deve se concretizar em medidas que levam em conta não só as capacidades intelectuais e os conhecimentos dos alunos, mas também, seus interesses e motivações.
A atenção à diversidade está focalizada no direito de acesso á escola e visa à melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem para todos, irrestritamente, bem como as perspectivas de desenvolvimento e socialização.
A atenção à diversidade na escola é um princípio fundamental para a construção de uma educação mais justa, inclusiva e democrática. Em um ambiente escolar, convivem alunos com diferentes histórias de vida, culturas, ritmos de aprendizagem, condições socioeconômicas, crenças e necessidades específicas. Reconhecer e valorizar essa diversidade não é apenas um desafio pedagógico, mas também um compromisso ético com o respeito às diferenças e à dignidade humana.
Nesse contexto, a escola deve assumir um papel ativo na promoção da inclusão, garantindo que todos os estudantes te-

nham acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem. Isso implica adaptar práticas pedagógicas, flexibilizar currículos e utilizar metodologias que considerem as singularidades dos alunos. Estratégias como o ensino colaborativo, o uso de recursos variados e a avaliação contínua e formativa são essenciais para atender às diferentes necessidades presentes na sala de aula.

Além disso, a atenção à diversidade envolve a construção de um ambiente acolhedor, onde o respeito, a empatia e o diálogo sejam incentivados. É importante que professores e gestores estejam preparados para lidar com questões relacionadas a preconceito, discriminação e exclusão, promovendo ações que valorizem a convivência harmoniosa e o reconhecimento das diferenças como elementos enriquecedores do processo educativo.

Outro aspecto relevante é a formação continuada dos profissionais da educação. Para atender à diversidade, é necessário que os educadores desenvolvam competências que vão além do conteúdo curricular, incluindo conhecimentos sobre educação inclusiva, práticas interculturais e estratégias de mediação de conflitos. A parceria com a família e a comunidade também fortalece esse processo, contribuindo para uma educação mais integrada e significativa.

Portanto, a atenção à diversidade na escola não deve ser vista como uma tarefa isolada, mas como um eixo central da prática educativa. Ao reconhecer e valorizar as diferenças, a escola contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e respeitosos, capazes de atuar de forma positiva em uma sociedade plural.

A escola, nessa perspectiva, busca consolidar o respeito às diferenças, conquanto não elogie a desigualdade. As diferenças vistas não como obstáculos para o cumprimento da ação educativa, mas, podendo e devendo ser fatores de enriquecimento.

Uma de suas principais características é a diversidade nos modos e ritmos de aprendizagem, o que exige práticas pedagógicas flexíveis e individualizadas. Nesse sentido, destacam-se as adaptações curriculares, o uso de recursos didáticos diferenciados e tecnologias assistivas, além de estratégias avaliativas compatíveis com as particularidades dos alunos.

É fundamental destacar que a inclusão escolar vai além do acesso à escola; ela envolve a participação ativa do estudante em todas as atividades e a construção de um ambiente acolhedor e respeitoso. Quando a escola se compromete com a aprendizagem de todos, promove não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também a formação de cidadãos mais empáticos, conscientes e preparados para conviver com as diferenças.

Uma das principais características das necessidades educacionais especiais é a diversidade nos modos de aprender. Cada estudante apresenta um ritmo próprio de desenvolvimento, além de diferentes formas de compreender, processar e expressar o conhecimento. Essa diversidade exige que o professor adote metodologias flexíveis, capazes de atender às especificidades de cada aluno. Assim, estratégias como o ensino diversificado, o uso de recursos visuais, atividades práticas e abordagens interativas tornam-se essenciais para favorecer a aprendizagem significativa.

Outro aspecto importante refere-se à necessidade de adaptações curriculares. Essas adaptações podem ocorrer em diferentes níveis, desde ajustes nos objetivos de aprendizagem até modificações nos conteúdos, nas estratégias de ensino e nos instrumentos de avaliação. É importante ressaltar que tais adaptações não implicam a redução da qualidade do ensino, mas sim a criação de condições que permitam ao aluno acessar o conhecimento de forma adequada às suas possibilidades. Nesse contexto, o uso de tecnologias assistivas, materiais pedagógicos adaptados e recursos de acessibilidade desempenha um papel fundamental.

NECESSIDADES ESPECIAIS E APRENDIZAGEM

As necessidades educacionais especiais são necessidades relacionadas aos alunos que apresentam elevada capacidade ou dificuldades de aprendizagem. Esses alunos não são, necessariamente, portadores de deficiências, mas são aqueles que passam a ser especiais quando exigem respostas especificas adequadas. As necessidades educacionais podem ser identificadas em diversas situações re-

presentativas de dificuldades de aprendizagem em decorrência de condições individuais, econômicas ou socioculturais dos alunos:
- crianças com condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e sensoriais diferenciadas;
- crianças com deficiências e bem-dotadas;
- crianças trabalhadoras ou quem vivem nas ruas;
- crianças de populações distantes ou nômades;
- crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais;
- crianças de grupos desfavorecidos ou marginalizados;

Os estudantes com necessidades educacionais especiais têm o direito de aprender em ambientes escolares que respeitem suas particularidades e promovam seu desenvolvimento integral. A presença desses alunos na escola regular representa um avanço importante rumo a uma educação inclusiva, que valoriza a diversidade e reconhece que cada indivíduo possui seu próprio ritmo, estilo e forma de aprender.
A aprendizagem desses estudantes não deve ser vista a partir de suas limitações, mas sim de suas potencialidades. Cada aluno apresenta habilidades que podem e devem ser estimuladas por meio de práticas pedagógicas adequadas. Para isso, é fundamental que o professor utilize estratégias diversificadas, como atividades lúdicas, recursos visuais, tecnologias assistivas e adaptações curriculares, garantindo que o conteúdo seja acessível a todos.
Outro aspecto essencial é a avaliação da aprendizagem, que deve ser contínua, flexível e individualizada. Em vez de focar apenas em resultados padronizados, é importante considerar o progresso do aluno, seus avanços e suas conquistas ao longo do processo educativo. Essa perspectiva contribui para uma educação mais justa e significativa, respeitando as diferenças e promovendo a equidade.
Além disso, o trabalho colaborativo entre professores, equipe pedagógica, profissionais de apoio e família é indispensável. Essa parceria possibilita um melhor entendimento das necessidades do estudante e a construção de estratégias mais eficazes para favorecer sua aprendizagem. O Atendimento Educacional Especializado (AEE), por exemplo, é um importante recurso de apoio que complementa o ensino regular e contribui para a inclusão.

ATUAÇÃO DE OUTROS PROFISSIONAIS
A atuação conjunta de profissionais como psicopedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais contribui para uma compreensão mais ampla das dificuldades e potencialidades dos alunos. Esse trabalho colaborativo permite a elaboração de intervenções mais eficazes, favorecendo o desenvolvimento global do estudante, não apenas no aspecto cognitivo, mas também nos aspectos emocional e social.
Outro ponto fundamental diz respeito à valorização das potencialidades dos alunos. Muitas vezes, o olhar educacional está centrado nas limitações, o que pode dificultar o reconhecimento das capacidades e habilidades que esses estudantes possuem. A educação inclusiva propõe uma mudança de paradigma, priorizando uma visão que enfatiza as possibilidades de desenvolvimento. Dessa forma, ao reconhecer e estimular as competências individuais, a escola contribui para o fortalecimento da autoestima, da autonomia e da participação ativa dos alunos no processo educativo.
A inclusão escolar também envolve a criação de um ambiente acolhedor e acessível, no qual as diferenças sejam respeitadas e valorizadas. Isso implica não apenas mudanças nas práticas pedagógicas, mas também na cultura escolar como um todo. A formação continuada dos professores, o envolvimento da comunidade escolar e a implementação de políticas públicas inclusivas são elementos essenciais para a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva.
A escola inclusiva implica em uma mudança de perspectiva educacional, pois abarca não só alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, atendendo a todas as diferenças e necessidades individuais de um alunado que reflete a diversidade humana presente numa sociedade plural. Assim, fala-se de uma escola para todos.

"Há diferenças e há igualdades - nem

tudo deve ser igual, assim como nem tudo deve ser diferente. É preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza" (MANTOAN, 2006, p. 24-25).

Numa escola inclusiva, a educação deve contemplar os objetivos individuais de cada aluno, contrariamente à proposta tradicional segundo a qual todos devem atingir os mesmos objetivos. Isso pressupõe uma ressignificação da escola para que ela ofereça respostas educativas de qualidade para todos.
É um novo paradigma de pensamento e de ação, pois o que antes cabia ao aluno se adequar a escola, atualmente é ela quem deve modificar seu funcionamento para atender ao pluralismo de seu alunado. O ideal de uma escola inclusiva é uma sociedade em que a diversidade seja considerada um atributo de particularidade e não uma exceção.
Não é difícil constatar que a escola está cristalizada e institucionalizada para lidar apenas com a homogeneidade. Trabalhar com o igual é mais fácil e simples, pois os desafios são sempre os mesmos e a forma de resolvê-los também é a mesma, mas a partir do momento que a escola resolve e precisa ser inclusiva, é necessário repensar suas práticas modificando as abordagens de ensino,
Pode parecer utópica a ideia da escola inclusiva, mas não é, porque também não é utópica e nem irreal as diferenças dos alunos. Os alunos são reais, de carne e osso, assim como também suas diferenças, portanto a escola também precisa ser real onde caibam todos os alunos e não só os que se encaixam em padrões e modelos estereotipados.

UMA ESCOLA INCLUSIVA DE VERDADE
Uma escola inclusiva pressupõe uma série de mudanças: flexibilidade no uso do tempo, do espaço e das formas de agrupamento, revisão das estratégias educacionais e os fundamentos que as sustentam, avaliação crítica dos resultados do seu fazer pedagógico, assumindo responsavelmente e fazendo correções da prática quando necessário.
Para a implementação de uma escola inclusiva algumas questões precisam ser levantadas pela escola: O que existe hoje para apoiar a educação inclusiva? Quais são as atuais barreiras e soluções relativas à sua implementação? Como os alunos serão incluídos? Qual é o papel da família? De que precisa a escola e o professor para o desenvolvimento educacional dos seus alunos? Quem são os alunos atendidos pela escola? Que tipo de necessidade cada aluno apresenta? (GUIMARÃES, 2002)
Falando de currículo e inclusão, as discussões e literaturas mostram alguns espaços em aberto quando o debate se faz de maneira periférica. Ora os conceitos e perspectivas são abrangentes, ora limitados. O debate de currículo hoje tem sido em torno da multiculturalidade e das várias identidades que precisam ser debatidas e respeitadas na escola. Isso é relevante e inédito, uma vez que até então esse olhar não se fazia tão presente para o âmbito curricular.
Ainda que os estudos curriculares debatam sobre questões relativas às diferenças, identidades, gêneros, raça, sexualidade, existem outros perfis que não se apresentam de forma clara nesse discurso. O que se vê é uma ampla discussão curricular com enfoque na cultura e, por consequência, nas diferenças.
No entanto, "outras diferenças" que não são somente de âmbito cultural têm sido abordadas de maneira superficial. A tendência ainda é relacionar a inclusão escolar com a deficiência. É comum encontrar autores, educadores e material que discutam a inclusão escolar, porém não é frequente que esse debate amplie os limites que abordam a deficiência. Encontram-se na literatura artigos e livros com o título necessidades educacionais especiais e, por vezes, esses materiais abordam as múltiplas diferenças do alunado, contudo, os temas que comumente são aprofundados estão relacionados com a deficiência. Dessa forma, também se observa na área da inclusão uma lacuna.
Nesse sentido, pode-se dizer que há ambiguidade no tratamento das questões curriculares e inclusivas e que, por vezes,

impressão de que NEE tem, sempre ligação direta com a deficiência.
Nos documentos acessíveis, revela-se uma proposta inclusiva de escola que tem como objetivo formar pessoas que respeitem às diferenças. Isso permite afirmar como primeira evidência, que o currículo aponta uma concepção de inclusão bem ampliada: uma escola que declara como seu objetivo: educar pessoas para viverem com e na diversidade.
No entanto, o que se destaca desses documentos é a formalidade com que os conteúdos são tratados. Nesses programas há os objetivos, os conteúdos, quantas aulas são programadas para cada conteúdo, o desenvolvimento completo da aula, descrito em cada ação do professor naquele espaço de tempo. Nas páginas do documento, pode-se observar como o trabalho é milimetricamente planejado e inflexível, principalmente quando se leva em conta que este planejamento deve ser seguido por todo ano letivo.
Com esse planejamento vê-se que os professores têm pouca autonomia para modificar sua prática e suas possibilidades de alterar os conteúdos, ou mesmo acrescentá-los, são raras. Na prática a inclusão não é efetiva, já que os planejamentos são padronizados, assim como as avaliações; ainda que na teoria haja uma conotação de inclusão quando a escola se manifesta em seus documentos uma proposta de educação para o respeito às diferenças. Não há como respeitar a diferença padronizando atitudes e comportamentos.
Constata-se que o currículo oficial da escola apresenta um discurso de inclusão, respeito às diferenças e às individualidades, mas seu currículo real é composto por ações pontuais dos docentes.
É uma forma de reconhecer que muitos alunos, tenham ou não deficiências ou superdotação, apresentam necessidades educacionais que passam a ser especiais quando exigem respostas específicas adequadas (MENEZES, 2001)
A escola que realmente almeja uma educação que visa construir cidadãos ativos, solidários e democráticos é importante que trate e debata as diferenças no currículo. Porém, não se trata de suplementos no currículo escolar, nem de temas transversais, trata-se de mudança de postura na escola, visando a criticidade, a busca por respostas e o direito de ser diferente, o discurso que todos são iguais deve ser mudado para todos são diferentes, e essas diferenças precisam ser respeitadas, sejam elas quais forem.
A partir disso, levanta-se um dado importante: a abrangência, a ambiguidade e a superficialidade com que esses temas são tratados pela própria literatura, também podem ser fatores que contribuam para a dificuldade de efetivação da verdade inclusão escolar.
Ademais, é importante destacar que a avaliação da aprendizagem no contexto das necessidades educacionais especiais deve ser contínua, formativa e adaptada às características dos estudantes. A avaliação deve considerar os avanços individuais, respeitando o ritmo de cada aluno, e não se limitar a critérios padronizados. Dessa forma, torna-se possível identificar progressos, dificuldades e necessidades de intervenção, contribuindo para um processo de ensino mais eficaz e humanizado.

CARACTERÍSTICAS DAS NECESSIDADES ESPECIAIS

Uma das características relevantes é a necessidade de adaptações curriculares. Os estudantes com NEE frequentemente necessitam de ajustes nos conteúdos, nas metodologias de ensino, nos recursos didáticos e nos processos de avaliação. Essas adaptações podem ser de pequeno porte, como a modificação de atividades, ou de grande porte, como a reorganização completa do currículo. O objetivo dessas adequações é garantir o acesso, a participação e a aprendizagem significativa de todos os alunos, respeitando suas especificidades, além disso, destaca-se a importância do atendimento educacional especializado (AEE), que constitui um suporte complementar ao ensino regular. O AEE visa identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos estudantes. Esse atendimento não substitui o ensino comum, mas o complementa, contribuindo para o desenvolvimento das habilidades e competências dos alunos com NEE.
No âmbito das características cognitivas, os estudantes com necessidades educacionais especiais podem apresentar diferentes formas de processamento das

informações. Alguns podem ter dificuldades na atenção, memória, linguagem ou raciocínio lógico, enquanto outros podem demonstrar habilidades acima da média em determinadas áreas. Essa variabilidade cognitiva exige práticas pedagógicas diferenciadas, que considerem múltiplas estratégias de ensino, como o uso de recursos visuais, atividades práticas e tecnologias assistivas, as características socioemocionais também são marcantes. Muitos estudantes com NEE enfrentam desafios relacionados à autoestima, à interação social e à adaptação ao ambiente escolar. A exclusão, o preconceito e a falta de compreensão podem impactar negativamente seu desenvolvimento emocional. Por isso, a escola deve promover um ambiente acolhedor, que valorize o respeito, a empatia e a convivência com as diferenças. O trabalho com habilidades socioemocionais torna-se essencial nesse contexto.

Outro aspecto importante refere-se às barreiras enfrentadas no ambiente escolar. Essas barreiras podem ser físicas, como a ausência de acessibilidade arquitetônica; comunicacionais, como a falta de recursos em braille ou libras; pedagógicas, como metodologias inadequadas; e atitudinais, como preconceitos e estigmas. A eliminação dessas barreiras é uma das principais responsabilidades da escola inclusiva, garantindo que todos os alunos tenham condições equitativas de aprendizagem.

No que diz respeito aos transtornos do desenvolvimento, como o transtorno do espectro autista (TEA), observa-se a presença de características específicas, como dificuldades na comunicação social, padrões repetitivos de comportamento e interesses restritos. Já nos casos de deficiência intelectual, podem ocorrer limitações no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, afetando habilidades práticas, sociais e conceituais. Em ambos os casos, o acompanhamento pedagógico deve ser individualizado e contínuo.

Por outro lado, os estudantes com altas habilidades ou superdotação também fazem parte do público com necessidades educacionais especiais. Esses alunos apresentam elevado potencial em áreas como intelectual, acadêmica, artística ou liderança. Suas características incluem curiosidade intensa, criatividade, rapidez na aprendizagem e necessidade de desafios adicionais. A escola deve oferecer enriquecimento curricular para estimular o desenvolvimento pleno dessas habilidades. É uma forma de reconhecer que muitos alunos, tenham ou não deficiências ou superdotação, apresentam necessidades educacionais que passam a ser especiais quando exigem respostas específicas adequadas (MENEZES, 2001)

As dificuldades específicas de aprendizagem, como dislexia, disgrafia e discalculia, constituem outro grupo dentro das NEE. Esses estudantes apresentam dificuldades persistentes em habilidades acadêmicas específicas, apesar de possuírem inteligência dentro da média. Nesses casos, é fundamental o uso de estratégias pedagógicas diferenciadas, avaliação contínua e apoio especializado para minimizar os impactos no processo de aprendizagem.

A formação dos professores é uma característica essencial no atendimento às necessidades educacionais especiais. O docente deve estar preparado para atuar em contextos inclusivos, compreendendo as especificidades dos alunos e utilizando práticas pedagógicas diversificadas. A formação continuada é indispensável para que o professor desenvolva competências relacionadas à inclusão, à adaptação curricular e ao uso de tecnologias assistivas.

A colaboração entre profissionais também se destaca como uma característica importante. O trabalho em equipe envolvendo professores, psicopedagogos, fonoaudiólogos, psicólogos e outros especialistas contribui para uma compreensão mais ampla das necessidades dos alunos e para a elaboração de estratégias mais eficazes de intervenção. A parceria com a família também é fundamental, pois fortalece o vínculo entre escola e comunidade, favorecendo o desenvolvimento do estudante.

Outro ponto relevante é o uso de tecnologias assistivas, que desempenham um papel significativo na promoção da inclusão. Essas tecnologias incluem recursos e serviços que auxiliam na ampliação das habilidades funcionais dos alunos, como

atividades escolares.

CONCLUSÃO

As necessidades educacionais especiais referem-se às condições que demandam adaptações no processo de ensino e aprendizagem, a fim de garantir a participação e o desenvolvimento pleno dos estudantes no contexto escolar. Essas necessidades podem estar associadas a deficiências físicas, sensoriais, intelectuais, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação ou difi-i culdades específicas de aprendizagem. Outro aspecto relevante é a importância do acompanhamento multidisciplinar, envolvendo profissionais de diferentes áreas, com o objetivo de promover intervenções mais eficazes e integradas. Além disso, é fundamental reconhecer e valorizar as potencialidades dos estudantes, superando uma visão centrada apenas nas limitações.

Dessa forma, a compreensão das necessidades educacionais especiais é essencial para a efetivação da educação inclusiva, que busca assegurar equidade, acessibilidade e oportunidades de aprendizagem para todos, respeitando as diferenças individuais e promovendo o desenvolvimento integral dos sujeitos. Por fim, a compreensão das necessidades educacionais especiais é indispensável para a efetivação do direito à educação de qualidade para todos. A educação inclusiva, ao reconhecer e valorizar a diversidade, promove a equidade e possibilita que todos os estudantes tenham oportunidades reais de aprendizagem e desenvolvimento. Assim, ao adotar práticas pedagógicas inclusivas, a escola cumpre seu papel social, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, autônomos e participativos na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Declaração de Salamanca: Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais. Espanha, 1994, Brasília: MEC

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.346/96, de 20 de dezembro de 1996. Ministério da Educação. Brasília: MEC. 1996

_____. Decreto-Lei n. 3/2008, de 7 de janeiro. Disponível em: https://floraeditora.com/remodelacao-do-decreto-lei-n-o-32008-de-7-de-janeiro/ Acesso em: 15 de abril de 2020.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais. Adaptações Curriculares. Brasília: Ministério da Educação, 1999

CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva: com os pingos nos "is".4 ed. Porto Alegre: Mediação, 2006

GUIMARAES, Tânia Mafra. Educação Inclusiva: construindo significados novos para a diversidade. Belo Horizonte: Secretaria do Estado da Educação de Minas Gerais. 2002, p. 15-24

MANTOAN, Maria Tereza Égler. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? 2.ed. São Paulo: Moderna,2006.

MENEZES, Ebenezer Takuno de, Verbete necessidades educacionais especiais. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em http://www.educabrasil.com.br/necessidades-educacionais-especiais>. Acesso em 15 de abr. 2020

CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva: com os pingos nos "is".4 ed. Porto Alegre: Mediação, 2006

GUIMARAES, Tânia Mafra. Educação Inclusiva: construindo significados novos para a diversidade. Belo Horizonte: Secretaria do Estado da Educação de Minas Gerais. 2002, p. 15-24

MANTOAN, Maria Tereza Égler. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? 2.ed. São Paulo: Moderna,2006.